

## **MERCOSUL E A QUESTÃO DOS PAÍSES EMERGENTES.**

**IVES GANDRA DA SILVA MARTINS,**

Professor Emérito das Universidades Mackenzie e Paulista e da Escola de Comando e Estado Maior do Exército, Presidente do Conselho de Estudos Jurídicos da Federação do Comércio do Estado de São Paulo e do Centro de Extensão Universitária - CEU.

A crise cambial brasileira de 1999, a crise de paridade da Argentina, que tem sobrevalorizado o peso e gerado pouca capacidade de crescimento, a permanente intenção americana de enfraquecer o Mercosul, objetivando dominar a América Latina, sem conceder, todavia, o “fast track”, como instrumento de respeito ao acordado nos tratados internacionais, a busca dos governos do Mercosul para encontrar uma alternativa válida ao domínio americano pela abertura de relações mais consistentes com a União Européia, a persistência de um acentuado protecionismo nos países desenvolvidos (Estados Unidos e União Européia) com regras impostas a OMC pela OCDE, em que nos setores em que não são competitivos não abrem seus mercados, a visão equivocada do Ministro Cavallo que pretende fazer o Mercosul retornar a sua condição de Zona de Livre Comércio, perdendo o “status” de União Aduaneira e as crises reais vividas pelos países emergentes, na

atualidade são alguns dos problemas que afligem a estabilidade econômica e jurídica do Cone Sul, cenário de permanentes discussões para sua consolidação e permanente busca de alteração das regras estabelecidas, que o torna ainda campo de especulações sobre sua sobrevivência no tempo.

Estou convencido, dez anos passados de sua criação, de sua relevância, entendendo deverem as nações, que o constituem, lutar por sua preservação para conservarem algum poder de negociação com os grandes países da atualidade.

Neste estudo para o livro coordenado pelo amigo Stoup, pretendo, todavia, fazer considerações de variada natureza sobre os problemas que afligem as nações emergentes, dentro de cujo contexto se insere o Mercosul. Fixar-me-ei, pela limitação do espaço e sem preocupações de citações eruditas, em 3 aspectos apenas, a saber: os efeitos da globalização na economia, a disputa entre os países emergentes e desenvolvidos e a obsolescência das estruturas dos países emergentes.

### **OS EFEITOS DA GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA**

Os primeiros anos do século XXI serão o teste definitivo da globalização da economia. Poderão os países emergentes sair de suas crises e ganhar competitividade suficiente para enfrentar a melhor tecnologia e o maior capital das nações desenvolvidas, ou não?

Estas, no seu afã de obter a abertura irreversível dos mercados emergentes e o fechamento dos seus, levaram a Seattle duas teses que apenas a elas beneficiariam:

1) considerar que os baixos salários pagos nos países emergentes representariam um “dumping social” e

2) considerar que a falta de proteção das florestas dos países emergentes representaria um “dumping ambiental”, justificando a imposição de restrições à importação dos produtos desses países pelas nações mais desenvolvidas –apesar de estas não terem tido a preocupação de preservar suas próprias reservas florestais.

À evidência, a OMC não considera que estão sendo praticados um “dumping econômico” e um “dumping tecnológico” por aquelas nações que partiram para a globalização somente, quando sua superioridade manifesta não sofreria mais reações por parte da desfeita União Soviética, sabendo que dispunham de capitais e de tecnologias mais avançadas que a dos países em desenvolvimento.

E nem se fala no “dumping energético”, que é aquele que voltou à baila, neste virar do milênio, com o preço do petróleo tendo piques que superam os 30 dólares o barril, ofertando fantásticos lucros para as grandes empresas controladas pelos capitalistas das grandes nações.

Por outro lado, a busca da estabilidade da moeda, nos países emergentes, tem provocado recessão e desemprego, pois a política de estabilização praticada até o presente só foi possível graças a

estes dois ingredientes perversos. E a recessão e o desemprego são ruins para a formação de grupos nacionais fortes.

Acresce-se um terceiro aspecto, ainda mais preocupante, que é a real desnacionalização dos empreendimentos nacionais dos países emergentes, lembrando-se que os países desenvolvidos não permitem que isto ocorra em seus territórios.

É interessante notar que, no período em que os petrodólares dominavam o mundo (fim da década de 70, começo da década de 80), houve forte reação de grupos americanos contra a possível desnacionalização de empreendimentos nos Estados Unidos, pois entendiam que quem tem o direito de decidir ou retirar investimentos é sempre o detentor de capital e que a excessiva desnacionalização --que poderia ocorrer e terminou não ocorrendo-- fragilizaria o poder dos americanos de controlar sua economia.

A Coréia do Sul, em plena crise de 97, preservou os grandes grupos empresariais para que não houvesse a desnacionalização, em face do evidente risco de perder o controle de sua economia.

Em plena globalização, os investimentos em empresas, quase todos de fácil transferência de uma região para outra, torna o detentor de seu controle a grande autoridade para definir preferências.

As políticas de incentivos fiscais e a denominada Guerra Fiscal dos Estados brasileiros, quanto ao ICMS, demonstram a dependência dos governos e dos países menos desenvolvidos na atração de capitais e na aceitação de imposição de estratégias sobre incentivos determinadas pelos investidores.

Ora, na medida em que os capitais nacionais desaparecem e os estrangeiros tomam conta dos principais investimentos, tais capitais, mesmo os aplicados em investimentos considerados permanentes, são de fácil migração, pois as fábricas hoje são descartáveis e remontáveis, permitindo a transferência de um país para outro.

A inexistência de grupos nacionais fortes sempre torna uma economia emergente, mesmo que organizada, demasiadamente dependente de interesses que podem não ser os seus.

A formação de blocos comunitários de países emergentes –o mais desenvolvido que é o Mercosul ainda é uma união aduaneira insuficiente, e embora já tenha deixado de ser uma zona de livre comércio, ainda não é um mercado comum— é um caminho para reduzir os impactos desta dependência, mas a experiência da formação de tais grupos ainda é incipiente e as crises se sucedem com mais freqüência que nos países desenvolvidos.

O certo é que a globalização da economia enfraqueceu as economias subdesenvolvidas e pode representar a incorreta percepção de força exposta por Cálicles (os fracos com direito a sua fraqueza e os fortes à sua fortaleza), no discurso Gorgias de Platão, e não o fortalecimento dos fortes pelo fortalecimento dos fracos, como desejaria Sócrates.

A competitividade entre os países mais desenvolvidos, todavia, provoca problemas de difícil controle. A OMC ainda não é o órgão ideal para disciplinar a concorrência internacional e o FMI é apenas

um grande departamento burocrático com tentativas, muitas vezes frustrantes, de controlar as políticas monetárias dos países emergentes com medidas mais teóricas que práticas. Enfim, a globalização tem desafios sérios pela frente e não é certo que vá gerar a paz econômica universal, como apregoam os liberais mais radicais. Eu diria mesmo que é pouco provável que o consiga.

### **PAÍSES EMERGENTES X DESENVOLVIDOS**

O grande desafio do século XXI é o de saber se o diferencial entre os países emergentes e desenvolvidos aumentará ou diminuirá.

A última metade da década de 90 demonstrou que o diferencial aumentou. Enquanto os países desenvolvidos cresceram e se estabilizaram definitivamente, os emergentes tiveram novas crises que ainda não conseguiram superar.

Em meu livro “Uma visão do mundo contemporâneo”, de 1996, previra que isto iria ocorrer, tendo o relatório da UNCTAD, do início de 1999, demonstrado que os 10 anos de globalização econômica, após a queda do muro de Berlim, acarretou uma exportação de empregos dos países emergentes para os desenvolvidos e a geração de recessões, crises monetárias e cambiais nas nações subdesenvolvidas, sobre terem crescido seus problemas sociais e políticos.

É interessante notar que todas as crises econômicas da última metade da década, depois da mexicana, ocorreram apenas nos países emergentes, visto que a crise japonesa foi uma crise bancária, decorrente de investimentos mal planejados, tendo

recebido considerável auxílio da Banca mundial, por tratar-se de uma nação com um PIB superior a 5 trilhões de dólares.

O relatório da UNCTAD é dramático em todos os indicadores (desemprego, crescimento de PIB, erradicação da miséria, etc.), sinalizando a corrosão dos padrões mínimos nestas nações.

O fracasso de Seattle e Davos, na tentativa de uma abertura econômica maior e mais justa, decorreu da intransigência, como já disse, de americanos, europeus e japoneses em não abrir mão de seus privilégios e de seu protecionismo.

Ainda em fins de janeiro de 2000, a maliciosa política econômica americana em relação aos produtos siderúrgicos brasileiros e insumos, em setor em que a siderurgia americana não é competitiva, foi despudoradamente realçada com a imposição de direitos compensatórios em 7,1% a 10,3% e tarifa anti-dumping de 46,6% e 63,2% para aços laminados a frio. Objetivou-se tornar inviáveis as exportações brasileiras, apenas porque os empregados americanos deste setor descompetitivo, reivindicaram e obtiveram do governo a imposição de tais barreiras impeditivas. Parte delas caiu, recentemente.

Tal política atingiu também a Rússia, Tailândia e África do Sul, entre os países emergentes.

O Estado de São Paulo, em editorial de 22/01/2000, sugere que o Brasil aprenda a lição com o “liberalismo comercial norte-americano, que mistura doses iguais de ambivalência e malícia”.

Ocorre que tanto o relatório da UNCTAD, como as reuniões de Seattle e Davos, não só não apresentaram qualquer programa sério para permitir a redução deste abismo, com propostas capazes de colaborar com a recuperação dos países emergentes, como acentuaram a clara intenção dos países desenvolvidos de não abrir mão do protecionismo nos setores onde não são competitivos.

Poderiam argumentar que o FMI exerce política de colaboração com os países emergentes quanto à estabilidade da moeda e que o Banco Mundial tem auxiliado projetos concretos para esses países.

De início, é de se lembrar que a estabilidade da moeda de um país, à custa de recessão, no modelo do FMI, beneficia as relações econômicas internacionais, razão pela qual, na compra de produtos dos países desenvolvidos ou na remuneração de investimentos especulativos ou permanentes, tal política é elemento de segurança para fluxos de capitais estrangeiros. Por esta razão, o FMI, ao colaborar com a política deste ou daquele país, colabora ainda mais com a segurança dos capitais externos, investimentos especulativos ou permanentes e de seus rendimentos, para os países desenvolvidos.

Por outro lado, há de se lembrar que o FMI é composto da quase totalidade das nações do mundo, não podendo negar colaboração a qualquer país membro que dele necessite.

É de se considerar, entretanto, que uma rígida política de controle da moeda, nem sempre tem sido bem sucedida, muitas das crises políticas, sociais, econômicas destes países decorrendo de erros de avaliação do FMI.

O certo, é que a estabilidade monetária dos países em desenvolvimento, com elevados juros exigidos para, na lição de Irving Fischer, compensar “a impaciência de gastar com a oportunidade de investir”, termina tirando competitividade às indústrias nacionais, com o que a estabilidade acaba beneficiando mais os países desenvolvidos do que os emergentes em que a rígida política foi implantada.

Por fim, é de se lembrar que a década de 90 ofertou um considerável esforço das nações emergentes para controlar surtos inflacionários, que começam a reaparecer, por força da recessão provocada, e, o que é pior, com o retorno de movimentos anti-democráticos, que principiaram a espoucar nas democracias emergentes, da América Latina (Peru, Equador, Paraguai, Colômbia), já sentindo os reflexos destas pressões.

Não há, infelizmente, projeto de enfrentamento de tais problemas, por força dos grandes interesses das nações desenvolvidas e das poucas forças das nações emergentes, razão pela qual se continuarem a aumentar, o relacionamento poderá ser mais traumático entre desenvolvidos e emergentes.

### **A OBSOLESCÊNCIA DAS ESTRUTURAS**

As estruturas governamentais dos países emergentes estão obsoletas e as dos países desenvolvidos, tecnicamente melhores, preenchidas por burocratas presos a fórmulas aprendidas nas Universidades, muitas vezes, por mais avançadas que sejam, desvinculadas da realidade.

Por outro lado, a corrupção continua o principal problema das administrações públicas, Japão, Alemanha, Estados Unidos conhecem o problema e ele é endêmico nos países emergentes.

Ultimamente, os cineastas americanos insistem no tema da corrupção dos altos poderes, como “Mera Coincidência”, “Perigo Imediato”, “Inimigo do Estado”, “O Negociador”, “Davi, Presidente por um dia” e outros, demonstrando que a corrupção é uma constante do governo americano, abrangendo todos os escalões.

Nos Estados Unidos, algo que impressiona é o número de mortes inexplicáveis que ocorrem sempre que há uma investigação mais profunda sobre o poder. A da morte de Kennedy é a mais marcante, visto que algumas dezenas de pessoas que deveriam depor, morreram, inexplicavelmente, antes de prestarem seus depoimentos.

É que a corrupção americana envolve valores muito maiores, razão pela qual até mesmo os presidentes e senadores não estão imunes a assassinatos, alguns deles não escapando à morte, no exercício do poder, apesar dos esquemas de segurança.

O certo é que a corrupção, de um lado, o apego ao poder, do outro, e a burocracia instalada, por fim, dificultam a redução de estruturas, muito mais obsoletas nos países em desenvolvimento do que nos países desenvolvidos.

Tais estruturas impedem o avanço das nações. Em decorrência, as despesas são sempre maiores do que os recursos necessários para

sustentar esses detentores do poder, políticos e burocratas, assim como o Estado prestador de serviços.

Kelsen e Popps, no passado, criticaram a democracia, sob a alegação de que o compromisso dos que detêm o poder não é com a verdade, nem com o povo, mas com a manutenção do poder.

Kelsen lembra, inclusive, o episódio de Pilatos, que pergunta a Cristo “o que é a verdade?” Para quem quer o poder, a transigência com princípios, o estar sempre à tona, a adulação e a utilização de quaisquer meios que lhes garanta a carreira, são seus instrumentos principais.

Segundo essa ótica, se o povo preferir o narcotráfico e a maioria o defender --como ocorre em parte da Colômbia-- o político terá que ceder à maioria, pois, para aqueles autores, Democracia é a detenção de poder pela maioria do povo, representada pela forma consensual de acesso ao poder.

Ratzinger e Branco, ao contestarem Kelsen, sustentam que a democracia é, ainda, o melhor caminho, mostrando que nela a Ética é a razão de ser do exercício do poder.

E é interessante como a ânsia pela Ética na política, entre os estudiosos, é uma constante, inclusive consagrada por textos constitucionais.

Diogo de Figueiredo mostra que as palavras “moralidade e legitimidade” aparecem 58 vezes na Constituição Brasileira,

traduzindo o princípio de que somente o burocrata ou político imbuído deste ideal pode realmente servir à pátria.

Nada obstante, a intenção do constituinte, o Brasil não tem primado pela Ética, nos 12 anos de Constituição. A maioria dos serviços e bens contratados e comprados pela Administração o é por valores muito superiores aqueles pelos quais são prestados e adquiridos pela iniciativa privada. Todos os dias notícias sobre escândalos ligados à improbidade administrativa aparecerem nos meios de comunicação, em todas as esferas.

O pior é que até mesmo o burocrata honesto, que apenas aprendeu a fazer aquilo que faz, é contrário a mudanças, guiando-se por um espírito de inércia e pelo receio de não sobreviver às alterações. Por outro lado, a esclerose das estruturas governamentais também decorre de que tais estruturas geram poder para aqueles que detêm o controle das nomeações. Nem sempre o concurso público, apesar de obrigatório, é o melhor caminho para atender aos interesses do Administrador Público, exceção feita às carreiras militares e jurídicas.

O debate vem de longe. Os avanços são menores do que os necessários. A sociedade, à evidência, fica, de mais em mais, sufocada para manter tais máquinas esclerosadas, que dão poder a burocratas e políticos, os quais, por serem seus beneficiários, não pretendem alterar os privilégios que se auto-outorgaram.

As pressões podem levar, todavia, não a mudanças tranqüilas, mas traumáticas, destas máquinas do século XIX, incapazes de enfrentar os desafios do século XXI.

Os problemas que apresento, de rigor, estão na própria essência dos problemas que vivemos no Mercosul, da sua solução também dependendo a sobrevivência da união aduaneira idealizada em 1991.

SP., 21/05/2001.

e.mail: ivesgandra@gandramartins.adv.br

IGSM/mos

A2001-43 MERCOSUL E A QUEST PAISES EMERG